

ECONOMIA CULTURAL E CRIATIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GASTOS PÚBLICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Ana Maria Vicente da Silva ¹

1 Doutoranda em Administração –UFPE E-mail: ana.vicentesilva@ufpe.br

Thaís Marculino da Silva²

2 Doutoranda em Administração –UFPE E-mail: thais.marculino@ufpe.br

Herlane Chaves Paz³

3 Doutoranda em Administração –UFPE E-mail: herlanepaz@hotmail.com

RESUMO:

Diferente dos modelos tradicionais de economia, a economia cultural e criativa apresenta como principais fatores de produção os aspectos culturais, estéticos, capital intelectual e a criatividade. São tidas como contributivas para o desenvolvimento de países, cidades e regiões. No entanto, essas economias apresentam diversos problemas para se estruturarem, além de demandarem por políticas públicas mais eficientes. Dentre esses desafios está o de financiamento dos gastos públicos. Diante disso, esse artigo tem como objetivo traçar um panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira. Em termos metodológicos, este estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa exploratória e descritiva, em que foram coletados dados secundários do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-IBGE), e analisados através de análise comparativa dos dados e informações. Os principais resultados mostram que nas despesas governamentais brasileiras economia cultural e criativa fazem parte de uma única pasta. Predominantemente, os municípios são os maiores encarregados com as despesas para essas economias. Além disso, observa-se concentração de investimentos e gastos públicos na região sudeste do país. Por fim, ressalta-se a necessidade do estabelecimento de políticas de financiamento mais democráticas para essas economias.

Palavras-chave: Economia criativa; Economia Cultural; Gastos públicos; Economia brasileira

1. INTRODUÇÃO

As mudanças sociopolíticas e culturais a partir de meados do século XX estabeleceram transformações nas formas de operacionalização das economias, dentre elas estão as flexibilizações no modo de produção capitalista, das formas de produção, das conexões interpessoais, do papel do Estado na economia e do controle da força de trabalho. Essas transformações acabaram por influenciar estudos que englobam variáveis, antes negligenciadas, como: cultura e criatividade, instituições, capital social, capacidade de governança das comunidades locais e sustentabilidade socioambiental. Estas áreas, por sua vez, foram reconhecidas como vetores alternativos para promoção de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e ampliação da competitividade das economias capitalistas (CORAZZA, 2013).

Nesse sentido, a cultura e a criatividade têm sido utilizadas como elementos propulsores para o desenvolvimento no contexto da pós-modernidade e, embora o conceito de cultura seja

essencialmente semiótico, a cultura pode ser compreendida como sendo o “conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças e serviços criativos” (UNESCO, 2002, p.3).

Por sua vez, a dimensão da criatividade é imbricada com a cultura e ambas são vistas como peças-chave para um novo modelo de desenvolvimento, pautado nas vertentes econômica, social e cultural (FLORIDA, 2002). Assim, a criatividade passa pela dilatação do conceito de economia cultural, se desmembrando no conceito de economia criativa. Nesse sentido, a criatividade é a configuração de elementos simbólicos e culturais em um determinado grupo, sendo estabelecida através de um consenso da sociedade, ou seja, um reconhecimento social da capacidade criativa, marcada por criar algo valioso e útil para a sociedade ou um grupo (GODART; SEONG; PHILLIPS, 2020). Somado a isso, o conhecimento e as tecnologias da informação, são elementos constitutivos do que se configurou a chamar de economia criativa.

A economia criativa atua em paralelo à economia tradicional. No entanto, trata-se de uma atividade nos quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços (HOWKINS, 2001). A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) classifica o mercado de economia criativa em quatro núcleos. O primeiro como o núcleo do patrimônio material e imaterial, composto por atividades como artesanato e espaços culturais (teatro, museus, dentre outros). O segundo núcleo das artes, com atividades como música, dança, e artes visuais (pintura, fotografia e escultura). Em seguida o núcleo da mídia (produção de conteúdo), com atividades de imprensa, editoria de livros e audiovisual (TV, cinema e rádio). Por fim, o núcleo da criatividade aplicada, com atividades de design, arquitetura, publicidade, entretenimento e educação em software, vídeo game e conteúdos digitais (UNCTAD, 2010).

O que também se discute é o potencial da economia cultural e criativa como forma de contribuir com a solução de alguns problemas socioambientais, inclusive no contexto atual de pandemia. Seu conceito está pautado na ideia de ativos culturais e criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico. As estimativas até 2019 eram de que o mercado global de produtos da Economia Criativa saltou de US \$208 bilhões em 2002 para US \$509 bilhões em 2015 (UNCTAD, 2010).

Recentemente, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2021), em 2020 elementos da economia criativa foram incorporadas às deliberações

dos países do G20 para lidar com a urgência na recuperação da crise sanitária provocada pelo Covid-19. Este reconhecimento mundial é complementado por uma maior evidência da transversalidade da cultura e criatividade na promoção do desenvolvimento, o que corrobora e justifica a necessidade de estudos que problematizam e aprofundam as temáticas acerca da economia cultural e criativa.

Apesar das iniciativas tanto globais quanto nacionais em promover a recuperação econômica realçando a importância dos setores cultural e criativo, também se intensificam as preocupações em termos de políticas e financiamento, tendo em vista que o papel do Estado se torna preponderante para o desenvolvimento desses setores. No Brasil, em particular, a sustentabilidade da economia cultural e criativa depende fundamentalmente das leis de incentivo fiscal e propostas orçamentárias que visam fomentar as atividades desses setores. Assim, no âmbito da economia brasileira o desenvolvimento dos setores cultural e criativo passa essencialmente pelas ações de políticas públicas.

No que tange às políticas para economia criativa e cultural no Brasil requer ainda maior atenção. O planejamento estratégico a longo prazo é comprometido pelas trocas de ministros frequentes, desde a criação do Ministério da Cultura em 2012. Além disso, os planos para o setor foram interrompidos. Até que, o Ministério da Cultura, que englobava a Secretaria de Economia Criativa, foi extinto pelo último governo. Isso tem implicações sobre a política de financiamento do país (BRESCIANI; PERIA; CHÉR, 2022).

Em meio a este diagnóstico, neste trabalho é lançado o seguinte problema de pesquisa: qual o panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira? Parte-se da premissa de que, tendo em vista a contribuição da economia cultural e criativa para o desenvolvimento no mundo pós-moderno, sendo estas temáticas vistas pela sociedade contemporânea inclusive como um dos pilares da sustentabilidade, faz-se necessário esforços na promoção de políticas e financiamentos para o fomento desses setores.

Diante disso, esse artigo tem como objetivo traçar um panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira, especificamente de 2015 a 2020, tendo em vista que, o período em análise é marcado por uma intensa instabilidade política e econômica, em que se destacam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a presença do governo interino de Michel Temer, a assunção de um governo de extrema direita de Jair Bolsonaro e a eclosão da pandemia da Covid-19.

Esses acontecimentos justificam a necessidade de construirmos um retrato dos gastos públicos voltados para os setores culturais e criativos da economia brasileira em perspectiva

recente, com a finalidade de avaliarmos o impacto orçamentário sofrido pelo setor em meio a este cenário adverso e crítico da economia brasileira. Desta forma, apesar das bases de dados apresentarem um período de 2009 a 2020, nosso objetivo nesse artigo foi analisar o recorte de tempo a partir de 2015.

Em termos metodológicos, este estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa exploratória e descritiva, em que foram coletados dados secundários do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-IBGE), e analisados através de análise comparativa dos dados e informações.

Além deste conteúdo introdutório, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: a fundamentação teórica que destaca as mudanças nos padrões de desenvolvimento em que tem a criatividade como aspecto importante e a contribuição que a economia criativa e cultural apresenta. Em seguida, são explicitados os procedimentos metodológicos utilizados, a apresentação e a análise dos resultados e por fim, são traçadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Cultural

As primeiras discussões sobre o tema iniciaram-se com os estudos críticos sobre política cultural e economia política. Com destaque para, Adorno e Horkheimer (1979) que cunharam o termo indústria cultural lançando críticas à influência do Capital sobre política cultural a partir da segunda metade do século XX. A tese central era a de que a cultura passou a ser um instrumento de massificação e acumulação da Capital. Contudo, as próprias contradições do capitalismo não deixaram de interferir na indústria cultural (ADORNO, 2001). Além de reforçar as ideologias de opressão na medida em que reprime a criatividade genuína (KONG, 2014).

As transformações políticas e econômicas que ocorreram a partir dos 1980 também impactam a indústria cultural, cuja definição e terminologia não abarcavam mais a complexidade da indústria (O'CONNOR, 2010). A mudança na terminologia de indústria cultural para indústrias culturais permitiu a compreensão das mudanças nos modelos de negócios, das influências da tecnologia, comunicação e do conhecimento na produção e distribuição de bens e serviços (HESMONDHALGH, 2002).

A ênfase dada à cultura e a criatividade a partir do final do século XX e início do século XXI abriu espaço para alargamento dos debates sobre as indústrias culturais (HESMONDHALGH, 2002). A criatividade passou a ser considerada como um mecanismo

para desenvolvimento econômico e pessoal, emergindo como um valor moderno e um recurso valioso para os negócios (O'CONNOR, 2010).

O debate passou a ser em torno das indústrias criativas e da busca de uma definição para essa nova terminologia, que possui uma carga política em seu conteúdo (CAVES, 2000; CUNNINGHAM, 2002; HESMONDHALGH, 2002). O discurso da criatividade vai além das indústrias, mas envolve uma série de fatores ligados às cidades criativas (LANDRY, 2000), classe criativa (FLORIDA, 2002) e economia criativa (HOWKINS, 2001) estudados até os dias atuais.

A falta de argumentos às indústrias culturais e às indústrias criativas retardam a criação de sentido pragmático e de comunicação do debate (CUNNINGHAM, 2002). Além disso, a delimitação das fronteiras entre indústrias culturais, indústrias criativas e outras atividades econômicas não são bem definidas (DRAKE, 2003).

As indústrias criativas foram conceituadas pelo departamento britânico de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS), nos quais foram inseridas na sua política cultural e econômica. O mapeamento feito pelo DCMS conceitua as indústrias criativas como aquelas “que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm potencial para riqueza e criação de empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual” (DCMS, 2001, p. 3).

A incorporação da palavra “criativo” inseriu as indústrias culturais em uma agenda mais ampla de inovação e competitividade. No entanto, o rebranding das indústrias criativas potencializou a deficiência de clareza e distinção entre o que seria ou não criativo (O'CONNOR, 2010). A falta de conceituação e uniformidade leva os países a tomarem diferentes decisões políticas sobre as indústrias criativas. Isso fica evidente nas terminologias adotadas por diversos estudos. A carga política e conceitual que as terminologias foram acompanhadas de uma mudança discursiva nos estudos sobre economia cultural e economia criativa (KONG, 2014).

O termo economia criativo foi visto pela primeira vez na Austrália em 1997, mas passou a ser difundido com mais ênfase por Howkins (2001). Nesse sentido, a economia criativa foi definida dentro de uma agenda econômica que buscava se diferenciar da política cultural tradicional. Para o autor, a economia criativa é a atividade nos quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços. Fazem parte dessa economia os setores de artes e o setor das indústrias culturais clássicas, adicionando design, moda e software (HOWKINS, 2001).

A classificação de economia criativa adotada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) contém adaptações do setor produtivo no Brasil, assim utiliza os dados de participação no PIB e empregos gerados pelo setor na economia a qual, está relacionada com a economia cultural, pois engloba aspectos da cultura através do processo de inovação.

A economia criativa no Brasil tem como núcleo a indústria criativa, tendo como eixos a cultura, o consumo, mídias e tecnologias. A cultura envolve aspectos como expressões culturais, patrimônio e artes, música e artes cênicas. O consumo envolve os aspectos de publicidade e marketing, arquitetura, design e moda. Por sua vez, as mídias englobam a relação editorial e audiovisual. Por fim, a tecnologia envolve as TICs, P & D e a biotecnologia (FIRJAN, 2019).

A economia cultural e criativa sofreu fortes impactos diante da pandemia do Covid-19 (WARREN; JONES, 2015) Apesar dos seus desdobramentos e capacidade de ressignificação através dos meios criativos e digitais, o setor foi significativamente afetado. No Brasil, foram pensadas algumas poucas ações para a retomada do setor cultural e criativo. Ações como: facilitação do acesso a crédito, renegociação de dívidas de impostos, renegociação de empréstimos e créditos concedidos, preparação para o novo mercado de consumo pós-COVID- (VENCATACHELLUM, 2019).

Além disso, a retomada das ações de fomento, que envolve atividades de financiamentos com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, ampliação do fomento à cultura por parte das empresas estatais, promoção e lançamento de editais e chamadas de projetos (FGV, 2020). Também cabe destacar a aprovação da Lei Aldir Blanc (Lei n. 14.017/2020) com ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, com recursos a serem repassados aos estados e municípios. No entanto, nenhuma política pública atuou como forma de desenvolvimento do setor, foi prioridade para o governo passado (BRESCIANI; PERIA; CHÉR, 2022).

No contexto da economia brasileira, a preocupação e o apoio governamental à cultura e à criatividade é relativamente recente. De acordo com Henkin et al (2016), é a partir do primeiro governo varguista em 1930, que a cultura encontra espaço no sistema de gestão das políticas públicas brasileiras, como campo inicialmente vinculado à educação. Nos períodos subsequentes este setor foi marcado por uma intensa regulação das atividades culturais emergentes no país, com internalização do aparato estatal de parte da produção cultural, especialmente durante o período do regime militar. Em 1985 com a redemocratização da economia brasileira ocorre a criação do Ministério da Cultura que condicionava uma nova

forma de interação entre o ente público, o mercado e os agentes culturais e criativos, tendo como um de seus principais marcos a criação da Lei de Incentivo à Cultura (LCI) (nº 8.313/1991), comumente conhecida como Lei Rouanet.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, consolidou-se o campo da cultura enquanto direito, e aponta o Estado como o viabilizador desse direito. Em seu artigo 215, fica estabelecido que: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Isso implica que a promoção da cultura por parte do Estado passa a ser um dever, o que por sua vez, deve compor a dinâmica orçamentária do mesmo.

Observa-se que esse setor tem potencial contributivo para o crescimento econômico, inclusive em países em desenvolvimento de maneira que o papel do Estado na formulação das políticas é preponderante no processo. Destaca-se o papel dos investimentos públicos nesses setores, não apenas em tempo de pandemia (investimentos emergentes), mas investimentos que contribuam para incentivar e fomentar o setor cultural e criativo no Brasil, com vistas ao desenvolvimento desse setor, que também é destaque para o mundo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo o critério de classificação baseado nos objetivos, o tipo de pesquisa adotada durante a construção deste trabalho é do tipo exploratória-descritiva e apoia-se sobre a abordagem analítica dos dados e informações de forma quantitativa de acordo com Gil (2008). Quanto ao tempo, o estudo é caracterizado como longitudinal, ou seja, tendo como foco avaliar o efetivo desenrolar dos processos, evidenciando sua dinâmica ao longo do tempo, tendo como período de análise os anos de 2015 a 2020.

Seguindo o critério baseado nos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, ou seja, desenvolvida com base em material já elaborado, especialmente a partir da base conceitual explorada ao longo da fundamentação teórica e que consistiu na coleta de obras capazes de fornecer ao pesquisador os elementos teóricos necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Diante disso, foram coletados dados de registros estatísticos, associados ao relatório técnico e boletins informativos do Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SIIC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A escolha do escopo temporal deu-se em função dos fins e objetivo da pesquisa, tendo em vista que, o período em análise é marcado por uma intensa instabilidade política e econômica, em que se destacam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a presença do governo interino de Michel Temer, a assunção de um governo de extrema direita de Jair Bolsonaro e a eclosão da pandemia da Covid-19.

Esses acontecimentos justificam a necessidade de construirmos um retrato dos gastos públicos voltados para os setores culturais e criativos da economia brasileira em perspectiva recente, com a finalidade de avaliarmos o impacto orçamentário sofrido pelo setor em meio a este cenário adverso e crítico da economia brasileira. Tendo em vista que, os dados do SIIC-IBGE são referentes ao ano de 2009 a 2020, buscou-se discutir sobre o comportamento desses gastos entre os anos 2015 a 2020. Isso porque, mesmo com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff de Dilma ocorrendo em 2016, no ano anterior já se observava um ambiente político-econômico complexo no país.

Nesse sentido, a amostra de dados secundários que fundamentou a análise do estudo foi obtida através do SIIC-IBGE. O critério para escolha da base de dados refere-se ao fato de que o marco referencial que subsidia os estudos e pesquisas do SIIC-IBGE propõe uma classificação das atividades culturais em setores, os quais são denominados de domínios culturais. Esta classificação encontra-se em linha com as análises teóricas abordadas ao longo do presente estudo em torno das discussões sobre economia cultural e criativa, levando em consideração também a não existência de uma base de dados para gastos públicos direcionados exclusivamente para a criatividade. Porém, seguindo a lógica do próprio conceito de economia cultural adotada no SIIC-IBGE, é possível observar que a criatividade aparece enquanto extensão ao setor cultural.

Os domínios culturais representam um conjunto de produção de bens, atividades e práticas culturais centrais, distribuídas nos seguintes setores: patrimônio, artes performáticas, artes visuais, edição e impressão, mídias audiovisuais e interativas, design e serviços criativos. Além dos domínios culturais centrais são considerados mais dois domínios culturais periféricos a saber: transversal, que compreende o patrimônio cultural imaterial, educação e capacitação, arquivos e preservação, equipamentos e materiais de apoio, e o relacionado ao turismo, esporte e recreação, que buscam evidenciar a importância do ciclo de produção e transmissão da cultura.

Os dados extraídos foram tabulados, apresentados e posteriormente analisados com o auxílio do *software* Excel através da análise comparativa dos dados e informações, com a realização de cálculos e transformações matemáticas básicas, buscando-se desenhar o perfil

descritivo e comparativo das despesas públicas efetivas com cultura e criatividade na economia brasileira, no período de 2015 a 2020, traçando-se adicionalmente uma análise dos gastos governamentais em termos regionais.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa podem ser resumidos da seguinte maneira: i) levantamento teórico/bibliográfico; ii) levantamento de dados e informações pertinentes aos gastos governamentais com cultura e criatividade na economia brasileira; iii) extração, tabulação e apresentação dos dados; associado a construção dos objetos de análise; iv) análise comparativa das informações geradas; v) construção das considerações, contribuições e limitações da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em linhas gerais, o incentivo e o fomento à cultura pelo governo federal ocorrem sob duas grandes vias gerenciais da sua política fiscal. Por um lado, através da LCI (Lei de Incentivo à Cultura (nº 8.313/1991), comumente conhecida como Lei Rouanet) que atua como o principal catalisador de recursos à cultura, através das renúncias fiscais, onde basicamente o governo renuncia parte da arrecadação do imposto de renda para que agentes privados se engajem em mecenato, financiando diretamente as atividades e os bens culturais.

Do outro lado, o incentivo e o fomento à cultura ocorrem através do gasto público, com políticas culturais do orçamento direto. É sob a segunda via de ação fiscal que a presente pesquisa se debruça, embora seja importante ressaltar que a renúncia fiscal é uma política preponderante no contexto de incentivo e fomento à cultura no país, superando a dinâmica dos gastos orçamentários com o setor (HENKIN et al, 2016).

Em relação às despesas com cultura, a tabela 1 apresenta a alocação das despesas governamentais efetivas em valores absolutos correntes, considerando as três esferas de governo no período de 2015 a 2020. A referência dos registros governamentais considerada para a amostragem é a classificação por função, que têm como princípio a finalidade de aplicação dos recursos públicos.

De acordo com o Ministério da Economia, a função cultura representa no orçamento público o conjunto de ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade. Esta função relaciona-se com duas subfunções a saber: patrimônio histórico, artístico e arqueológico, cujas ações são voltadas à preservação, levantamento e cadastramento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e

cultural e ações de difusão cultural, que tem o objetivo de difundir a cultura para toda a população, apoiando as entidades envolvidas (BRASIL, 1999).

Tabela 1 – Despesa total com cultura Federal, Estadual, Municipal 2015-2020 (em bi R\$)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ESFERAS	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
FEDERAL	1.790.000	1.863.805	1.828.642	1.925.133	1.751.079	1.260.149
ESTADUAL	2.322.048	2.246.806	2.338.819	2.504.970	2.375.143	3.592.033
MUNICIPAL	4.098.167	3.909.979	4.238.255	4.690.086	5.432.229	4.902.251
TOTAL	8.210.215	8.020.590	8.405.717	9.120.189	9.558.451	9.754.433

Fonte: (SIIC IBGE, 2021)

A tabela 1 evidencia que ao longo do período analisado as despesas totais com cultura no país saltaram de 8.210.215 bilhões em 2015 para 9.754.433 bilhões em 2020, uma diferença de pouco mais de um bilhão e meio de reais, com uma leve redução da despesa orçamentária apenas no ano de 2016, ou seja, o período marca um crescimento de 18,8%, por sua vez, a taxa de crescimento médio anual no período é de 2,92%.

Essa trajetória de crescimento também é observada na esfera municipal e estadual. Em relação aos municípios o crescimento foi em torno de 19,62% quando comparado 2015 com 2020, e a taxa de crescimento médio anual é de 3,04% para o período analisado. Em relação aos estados, o crescimento foi de 54,7% comparando os anos de 2015 e 2020, e a taxa de crescimento médio anual foi de 7,54% ao ano. Os anos de 2016 e 2020 marcam pontos de inflexão nas despesas dos municípios brasileiros, e os anos de 2016 e 2019 nos estados brasileiros.

Em relação à esfera federal os dispêndios com cultura ao longo do período analisado são marcados por oscilações, todavia o gasto com cultura é reduzido em 29,6% entre 2015 e 2020, evidenciando uma taxa de decréscimo anual dos recursos voltados para o setor cultural de 5,70% ao ano. Os anos 2019 e 2020 refletem o período com maior inflexão orçamentária do governo federal.

Ainda sobre as despesas governamentais, o gráfico 1 corrobora com as análises iniciais da tabela 1 e evidencia a tendência dos gastos públicos para o período analisado. Observa-se que os comportamentos dos gastos públicos com cultura são crescentes tanto em nível total, ou seja, considerando os gastos das três esferas governamentais, quanto em análise isolada para as

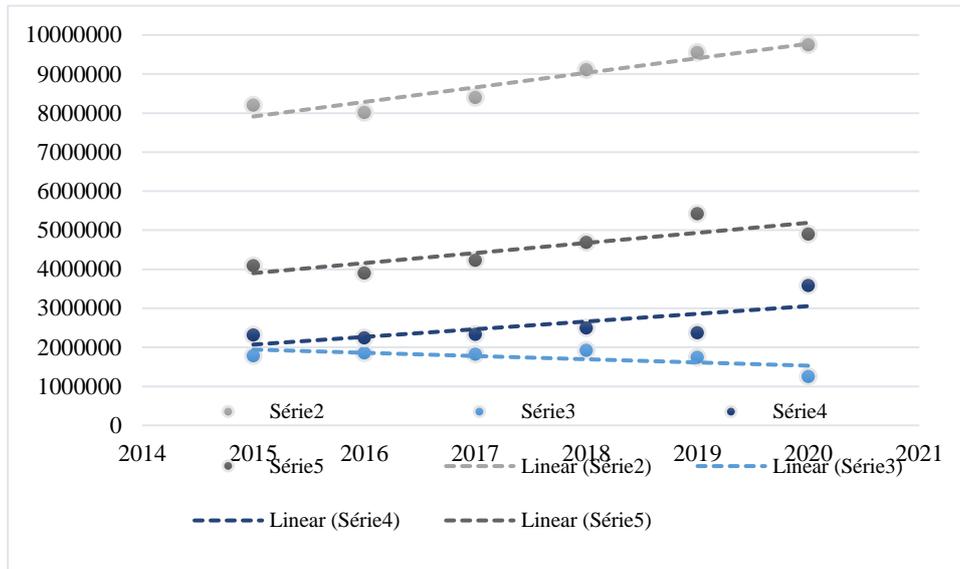
esferas estadual e municipal. Por outro lado, a tendência dos gastos para a esfera federal mostrou-se decrescente ao longo do tempo.

Todavia, é importante destacar que tais resultados evidenciam a fotografia relativa e comparativa com o cenário recente para o período (2015-2020), porém, quando amplia-se a análise para um período maior observa-se que apesar do aumento em valores absolutos da despesa total com cultura no tempo, nota-se uma queda da participação da cultura no total da despesa das três esferas de governo conforme apontam os dados do SIIC-IBGE (2021).

Para análise dos períodos de redução nas somas de recursos despendidos pelas esferas governamentais ao setor cultural, convém ressaltar os processos dinâmicos conjunturais e institucionais vivenciados pela economia brasileira ao longo do período em análise. Além da recessão econômica, o ano de 2016 é marcado pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff, trazendo instabilidade econômica e orçamentária não apenas para o setor cultural, mas para toda economia brasileira.

Além da instabilidade econômica que marca o período, a pasta da Cultura passa a ser afetada por significativa rotatividade de seus gestores culminando com a extinção do Ministério da Cultura em 2019, sendo transformada em Secretaria Especial de Cultura, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania, e atualmente ao Ministério do Turismo, refletindo também instabilidade institucional do setor cultural brasileiro, o que por sua vez, talvez seja um dos fatores que explique a tendência de queda dos dispêndios da esfera federal observada no gráfico 1 para o período.

Gráfico 1 – Tendência das despesas com cultura (2015-2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

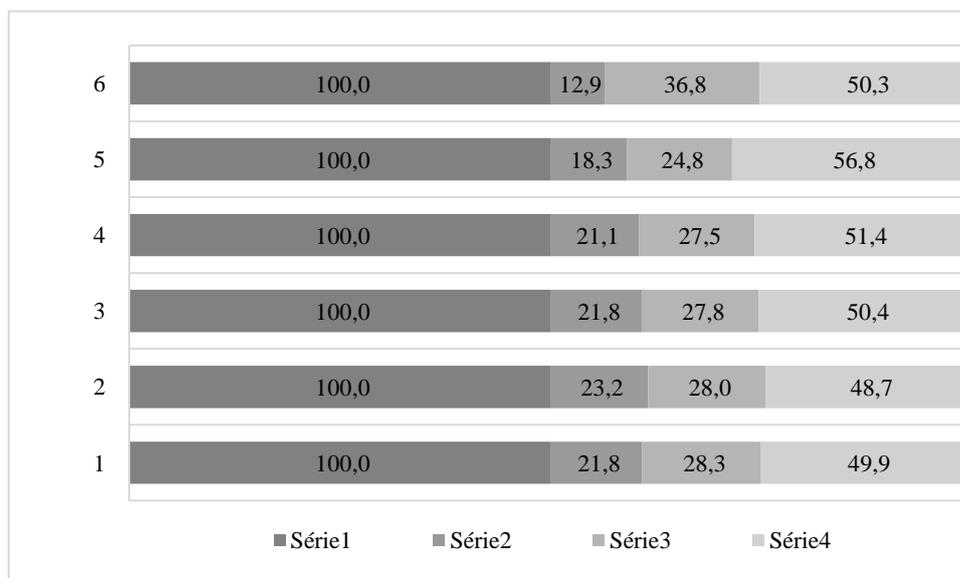
Ademais, o ano de 2020 foi marcado pela crise sanitária global, causada pela Covid-19. Os efeitos deletérios provocados pela pandemia se estenderam pelos diversos setores das economias nacionais, incluindo o setor criativo e cultural, afetando tanto as atividades desenvolvidas quanto os níveis de emprego. Diante desse contexto, foi aprovada a Lei Aldir Blanc (Lei n. 14.017/2020) com ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, com recursos da ordem de 3 bilhões a serem repassados aos estados e municípios, embora seja importante destacar que os repasses emergenciais não foram registrados na função cultura, mas como encargos especiais.

Esse fato inicialmente pode levar a compreensão do porquê no ano de 2020 apenas os estados mantiveram o ritmo de crescimento das despesas com o setor cultural, enquanto os municípios tiveram redução significativa das suas despesas orçamentárias. Por outro lado, tal fato auxilia a compreensão de que sem o repasse emergencial do governo federal os efeitos sobre o setor cultural teriam sido maiores especialmente para os agentes culturais e criativos dos municípios brasileiros.

Ainda com base nos dados da tabela 1, o gráfico 2 expõe a proporcionalidade em termos de participação percentual de cada esfera governamental nas despesas totais com cultura na economia brasileira entre 2015 e 2020. Embora as taxas mais expressivas de crescimento para o período em análise sejam da esfera estadual, observa-se que os municípios são os responsáveis por basicamente metade das despesas com cultura no Brasil (part. máx. 56,8% em 2019 e part. mín. 48,7% em 2016) com amplitude de 8,1%, refletindo uma dispersão relativamente baixa em termos de participação em relação às despesas totais.

Por sua vez, os estados ocupam a segunda colocação na ordem das despesas com cultura (part. máx. 36,8% em 2020 e part. mín. 24,8% em 2019) com amplitude de 12%, refletindo um grau de dispersão da participação maior do que os municípios. O governo federal ocupa a terceira posição em relação ao peso dos dispêndios com cultura na economia brasileira com (part. máx. 23,2% em 2016 e part. mín. 12,9% em 2020) com amplitude de 10,3%. Embora a participação dos gastos entre os entes federados esteja referida ao total dos gastos com cultura, é importante destacar que os investimentos com cultura são diversos, não sendo possível a partir desses gastos gerais analisados, observar a participação de cada atividade cultural e criativa de forma específica dentro dos gastos efetivos governamentais.

Gráfico 2 – Participação percentual de cada esfera sobre total de despesa (2015-2020)

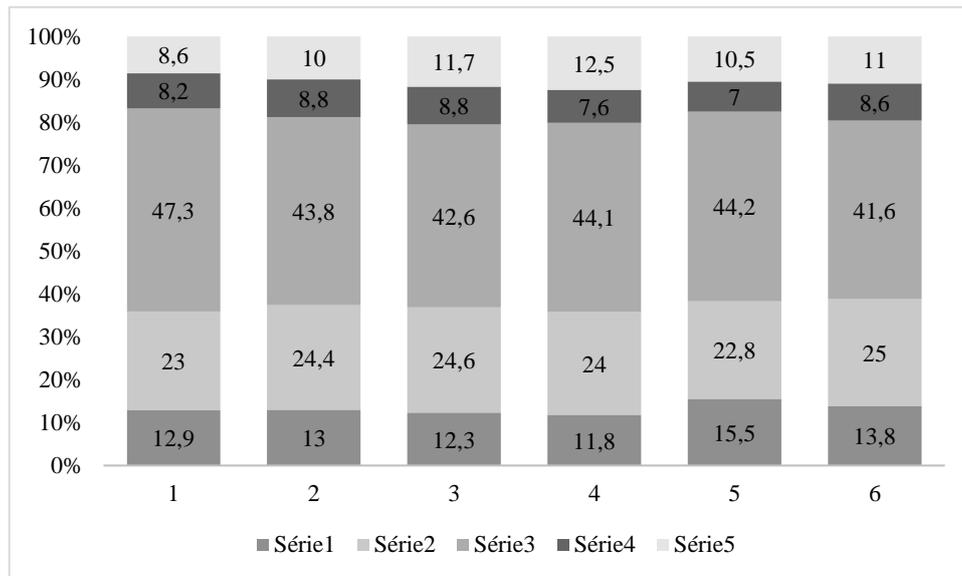


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

Os resultados inicialmente observados no gráfico 2, auxilia na construção do perfil de governabilidade entre os entes federativos, com maior atuação e ênfase na promoção e valorização da cultura no país. Os dados revelam que, embora os municípios brasileiros em sua grande maioria enfrentam desafios na gestão orçamentária e alocação dos recursos, os mesmos assumem na conjuntura recente o papel de principais difusores da cultura. Adicionalmente, os dados evidenciam que embora os estados ocupem a segunda colocação nesse cenário sua participação tem alta dispersão, ou seja, revela certa instabilidade, ora com dispêndios mais expressivos, ora menos expressivos. Em relação ao governo federal, a participação no total dos

gastos reflete a tendência relativamente baixa e decrescente já observada nas análises anteriores. Adicionalmente o gráfico 3 apresenta a participação percentual das grandes regiões brasileiras.

Gráfico 3 - Despesa com cultura por grandes regiões em (%) a partir dos gastos regionais
2015-2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

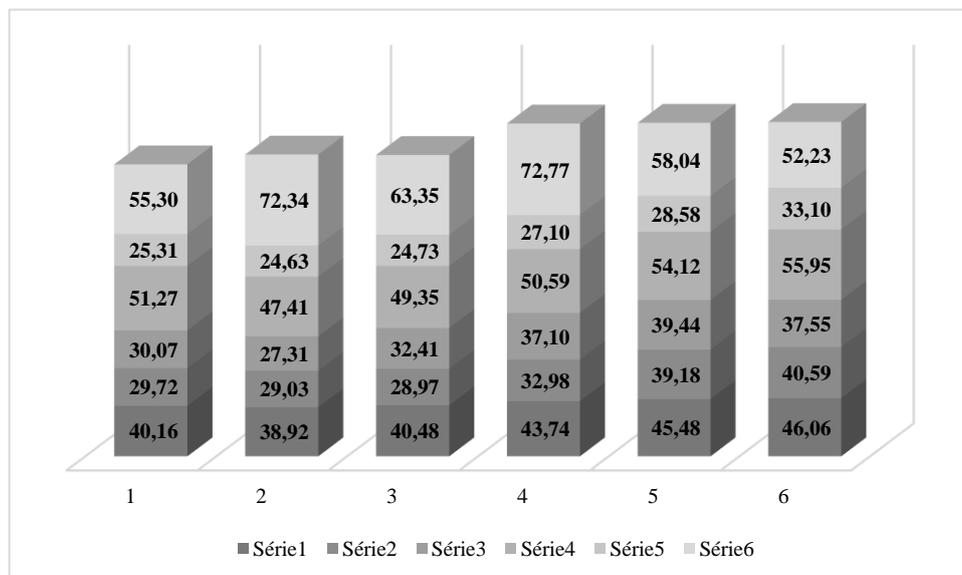
Embora entre 2015 e 2020 o nível de participação oscile em todas as regiões, é possível observar que, com exceção da região Sudeste, as demais regiões elevaram sua participação nas despesas públicas voltadas para o setor cultural. A região Centro-oeste saiu de 8,6% em 2015 para 11% em 2020, com destaque para o Distrito Federal que lidera os vultos de gastos com cultura na região. O Sul é a região brasileira que apresenta a menor participação com dispêndios culturais não ultrapassando 9% sua participação, todavia seus gastos também cresceram no período observado saindo de 8,2% em 2015 para 8,6% em 2020, com destaque para o estado do Rio Grande de Sul, seguido do estado do Paraná.

A região Sudeste destaca-se entre as regiões com maiores gastos no conjunto de ações culturais regional e brasileira, porém seus gastos diminuiriam no período em análise saindo de 47,3% em 2015 para 41,6% em 2020. Mesmo em face dessa redução, o Sudeste é a região que concentra pouco mais de 40% dos gastos regionais com cultura no Brasil. O estado que se destaca nessa região é São Paulo que concentra mais da metade dos recursos gastos, em 2020 dos 41,6% despendidos pela região, 27,8% foi de responsabilidade do estado de São Paulo.

A região Nordeste ocupa a segunda posição no *ranking* e os gastos da região com cultura saíram de 23% em 2015 para 25% em 2020. Os estados com maior destaque na região são Bahia, seguido por Pernambuco e Maranhão. A região Norte saiu de 12,9% em 2015 para 13,8% em 2020 com destaque para os estados do Pará e Amazônia que lideram os vultos de gastos com cultura na região.

Ainda no âmbito da análise regional o gráfico 4 apresenta a despesa per capita consolidada com cultura no Brasil e nas regiões brasileiras. De modo geral, os programas orçamentários governamentais se refletem especialmente em ações voltadas para a sociedade, e por isso, observar a distribuição per capita do orçamento torna-se importante. Em 2015 o Brasil despedia R\$ 40,16 com cultura por cidadão, em 2020 o dispêndio saltou para R\$ 46,06 um crescimento de 14,70% em torno de R\$ 6,00.

Gráfico 4 - Despesa per capita consolidada com cultura Brasil e Regiões em (R\$)
2015-2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

Com exceção do Centro-oeste as demais regiões elevaram significativamente o gasto per capita com cultura. O Norte se destaca com um crescimento de 36,6%, saltando de R\$ 29,72 em 2015 para R\$ 40,59. Por sua vez, a região Nordeste apresentou um crescimento do gasto per capita com cultura de 24,9%, saindo de R\$ 30,07 para R\$ 37,55. O Sudeste também assume posição de destaque regional em relação ao dispêndio per capita com cultura, embora o crescimento para o período em análise seja de apenas 9,1%, saindo de R\$ 51,27 em 2015 para R\$ 55,95 em 2020.

Por outro lado, a região Sul é a região que apresenta o menor dispêndio per capita com cultura, mesmo com o crescimento de 30,8% superior ao crescimento do Nordeste, sudeste e também nacional, ficando atrás apenas da região Norte. Em sentido oposto, a região Centro-oeste que apresentava no período 2016 a 2019 valores expressivos de renda per capita chegando a R\$ 72,77 em 2018, apresentou um declínio significativo de 5,5% quando comparado 2015 com 2020, em valores absolutos a renda per capita saiu de R\$55,30 em 2015 para R\$ 52,23.

Em linhas gerais, a análise das despesas governamentais com cultura por região fornece importantes considerações. Inicialmente a dinâmica de concentração regional é claramente observável e ao longo dos últimos anos basicamente não houve mudanças significativas nessa estrutura. A região Sudeste possui o maior dispêndio per capita, mesmo apresentando a menor taxa de crescimento deste indicador no período em análise. Ao mesmo tempo, também é a região com maior gasto orçamentário voltado para o campo cultural. Um dos fatores que podem explicar o fato dessa maior concentração no Sudeste refere-se à atratividade com maiores oportunidades para a classe criativa e cultural, além de ser a região com maior concentração de grandes grupos e empreendimentos desses setores.

Por sua vez, as regiões Nordeste e Norte ocupam a segunda colocação no ranking das despesas públicas com cultura respectivamente, e em termos per capita as posições se invertem. Embora sejam as regiões com indicadores socioeconômicos relativamente baixos, o dispêndio orçamentário mais elevado na área de cultura pode ser explicado pelas manifestações culturais tradicionais que são reconhecidas como patrimônio imaterial e que se apresentam de forma muito forte nas dinâmicas socioculturais de tais regiões.

Esse cenário de concentração de gastos públicos no país, leva a questionamentos sobre a democratização da cultura (LEE, 2022), que em teoria, teriam a cultura e criatividade como canal para isso. Esse problema de centralização de investimentos é um fator que pode inibir a contribuição da economia cultural e criativa em um determinado contexto (WARREN; JONES, 2015).

Assim, de modo geral observa-se que os gastos totais com cultura considerando as esferas governamentais, cresceram no período em análise, porém, em uma análise particularizada evidencia-se que a participação da esfera federal vem se reduzindo ao longo do tempo, por outro lado, os municípios apresentam-se como sendo o principal agente governamental incentivador e motivador da cultura, responsável por cerca de 50% dos gastos com cultura na economia brasileira. Os estados, por sua vez, apresentam participação oscilante, com períodos em que se observa expressivos gastos com cultura, mas também com períodos de

significativa redução da participação, assumindo um papel de coadjuvante na dinâmica de incentivo e fomento à economia cultural e criativa no país.

A baixa participação do governo federal na promoção da economia cultural e criativa pode ser um fator que dificulta a participação desses setores na economia. Já foi visto que, ambos têm potencial contributivo para o crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento, mas é necessário a atuação do Estado, como agente investidor, regulador e minimizador de possíveis efeitos negativos que podem vir a ocorrer neste setor (VENCATACHELLUM, 2019).

As análises apresentadas realçam um contexto preliminar dos gastos públicos para o campo cultural brasileiro, sendo essencial aprofundar a temática com o intuito de compreender a dinâmica orçamentária brasileira voltada para economia cultural e criativa, especialmente diante das transformações conjunturais no período atual, considerando também não apenas o dispêndio público em si mesmo, mas observando os direcionamentos dos gastos bem como, o monitoramento e o cumprimento dos seus objetivos com a intenção de garantir o sucesso da política pública, em outros termos, é necessário pensar o dispêndio público sob o aspecto qualitativo.

Ademais, em meio aos desdobramentos da pandemia da Covid-19, torna-se essencial discutir as dinâmicas orçamentais e de dispêndio público, com o intuito de recuperar os níveis de gastos públicos em cultura pré-pandemia. De maneira que, a autoridade governamental é responsável por garantir os níveis de recuperação econômica, assim como, legalmente é responsável por garantir o apoio, o incentivo, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu seu objetivo na medida que fez o mapeamento dos gastos com economia cultural e criativa no Brasil, para os anos de 2015-2020, tendo sido analisados os gastos no âmbito dos três entes federativos.

Observou-se que, inicialmente que os gastos com cultura e criatividade fazem parte de uma grande pasta de despesas enfatizando a cultura. De forma genérica, a cultura engloba todas as ações relacionadas à preservação de patrimônio, aos aspectos artísticos, eventos, aspectos

simbólicos, entre outros. Inclusive, os gastos com criatividade estão dentro dessa grande pasta, não sendo possível, pelos menos à primeira vista, desmembrar os gastos com cultura, sem uma análise mais detalhada de documentos e contas públicas. Logo, evidencia-se que a preocupação com a criatividade fica resumidamente a alguns aspectos de cunho criativos, que são adicionados às ações culturais.

Foi identificado, em linhas gerais, que entre 2015-2020 o comportamento dos gastos públicos efetivos com cultura é crescente tanto em nível total, ou seja, considerando os gastos das três esferas governamentais, quanto em análise isolada para as esferas estadual e municipal. Por outro lado, a tendência dos gastos para a esfera federal mostrou-se decrescente ao longo do tempo. Assim, o gasto efetivo total com cultura e criatividade no país cresceu 18,8%. Nas esferas municipal e estadual o crescimento foi de 19,62% e 54,7% respectivamente, enquanto que na esfera federal o gasto com cultura é reduzido em 29,6% entre 2015 e 2020.

Além disso, foi observado que, o governo federal é responsável pela menor parcela dos recursos despendidos com cultura no país, com redução dessa participação ao longo do tempo. Em 2015 esse percentual foi de 21,8% já em 2020 foi reduzido para 12,9%. Os municípios lideram o ranking de participação, com 49,9% de participação em 2015 e 50,3% em 2020, seguido pelos estados que ocupam a segunda colocação na ordem das despesas com cultura com uma parcela de 28,3% em 2015 e 36,8% em 2020.

Assim, embora as taxas mais expressivas de crescimento para o período em análise sejam da esfera estadual, observa-se que os municípios são os responsáveis por basicamente metade das despesas com cultura no Brasil sendo o principal agente governamental incentivador da cultura no país. Cabe ainda destacar que tanto em valores absolutos quanto em termos relativos, mesmo em face das maiores taxas de crescimento para o período, os estados apresentam participação oscilante com significativa dispersão, com períodos em que se observa expressivos gastos com cultura, mas também com períodos de significativa redução da participação.

Ademais, como aponta o SIIC-IBGE (2021) em um recorte temporal com maior amplitude, observa-se que em linhas gerais os investimentos para o setor apesar de terem um crescimento absoluto na orçamentária brasileira, em termos relativos, nota-se uma queda da participação da cultura no total da despesa das três esferas de governo, o que por sua vez, realça a necessidade de ampliação do debate e discussões em torno da temática.

Em termos regionais, evidenciou-se que a dinâmica de concentração regional é claramente observável e que ao longo dos últimos anos basicamente não houve mudanças

significativas nessa estrutura, evocando questionamentos acerca da necessidade de democratização da cultura. Em escala ordinal a região Sudeste possui o maior dispêndio em valores gastos e também em termos per capita, seguida pelas regiões Nordeste, Norte, Centro-oeste e Sul, respectivamente.

Assim, de modo geral, mesmo em meio ao crescimento efetivo dos gastos governamentais com cultura e criatividade no país no período em análise, observou-se que os investimentos e incentivos ao setor ainda encontram-se distantes sobretudo, diante do potencial significativo que este setor possui, e que pode contribuir de forma singular para a concepção e a implementação de estratégias voltadas à promoção do crescimento econômico, podendo inclusive atuar em conjunto com outros setores da economia, especialmente diante dos atuais desdobramentos provenientes do cenário pandêmico.

Um reflexo nítido desse distanciamento foi observado através da diminuição da participação e dos vultos em recursos voltados ao setor por parte do governo federal, deixando transparecer a redução do papel cultural no conjunto das prioridades gerenciais e de investimento do mesmo. Esse reflexo também se torna perceptível não apenas no nível financeiro e orçamentário do governo, mas também a nível institucional. A pasta da Cultura passou a ser afetada por significativa rotatividade de seus gestores culminando com a extinção do Ministério da Cultura em 2019, sendo transformada em Secretaria Especial de Cultura, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania, e atualmente ao Ministério do Turismo, refletindo assim, a instabilidade institucional do setor cultural brasileiro.

Nesse contexto, cabe realçar a importância de que os recursos dispendidos se materializem em efetivas políticas públicas que visem beneficiar e alavancar as organizações e os trabalhadores da economia cultural e criativa, levando-se em consideração as especificidades de cada setor, as necessidades do mercado de trabalho que compõe tais setores e a amenização das diferenças e concentrações regionais.

A presente pesquisa contou com limitações de ordem da dependência por dados secundários, no qual, por questões de tempo, não foi possível a análise aprofundada dos dados disponíveis. Desta forma, a análise foi pautada nos gastos gerais, que fazem parte da grande pasta de gastos com cultura. Também não foi possível a análise dos desmembramentos desses gastos para criatividade e para os demais entes federados.

Por fim, o presente estudo trata-se de uma pesquisa introdutória acerca de um panorama dos gastos públicos com cultura e criatividade, não pretendendo se esgotar as possibilidades de análise, mas sim, evidenciar a complexidade e a urgência do debate acerca do setor cultural e

criativo, sobretudo, em perspectiva brasileira. Nesse sentido, surgem alguns questionamentos que podem subsidiar análises futuras como por exemplo, a dinâmica de eficiência e eficácia do gasto público no setor cultural e criativo, a qualidade e efetiva fiscalização dos gastos públicos do setor cultural e criativo, um estudo comparativo entre o incentivo e fomento à cultura no país via renúncia fiscal e via orçamento direto, impacto orçamentário da economia cultural e criativa para a sociedade e o meio ambiente, a necessidade de se identificar e detalhar contas e gastos diretamente relacionado ao setor criativo no âmbito da economia brasileira, e o cruzamento dos dados históricos com o PIB criativo por unidade da federação, para traçar com maior profundidade o impacto orçamentário regional para o setor.

CULTURAL AND CREATIVE ECONOMY: AN ANALYSIS BASED ON PUBLIC SPENDING IN THE BRAZILIAN ECONOMY

ABSTRACT:

Different from traditional economy models, the cultural and creative economy presents cultural, aesthetic, intellectual capital and creativity as main production factors. They are considered to contribute to the development of countries, cities, and regions. However, these economies have several problems to structure themselves, besides demanding more efficient public policies. Among these challenges is the financing of public spending. In light of this, this article aims to trace a recent panorama of public spending on the cultural and creative sectors within the Brazilian economy. In methodological terms, this study is an exploratory and descriptive quantitative research, in which secondary data from the Cultural Information and Indicators System (SIIC-IBGE) were collected, and analyzed through a comparative analysis of the data and information. The main results show that in the Brazilian government spending cultural and creative economy are part of a single portfolio. The municipalities are predominantly in charge of the expenditures for these economies. Furthermore, a concentration of investments and public spending is observed in the southeastern region of the country. Finally, the need to establish more democratic funding policies for these economies is emphasized.

Keywords: Creative Economy; Cultural Economy; Public Spending; Brazilian Economy

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **The culture industry: Selected essays on mass culture**. Psychology Press, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Presidência da República - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313orig.htm

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020a. Aldir Blanc. Brasília, Disponível em: in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628.

BRASIL. Secretaria de Orçamento e Finanças. Manual de elaboração do orçamento: Anexo II.1: programa. Brasília, DF, 1999.

BRESCIANI, Luis Paulo; PERIA, Pedro Vianna Godinho; CHÉR, Lucas Bazani. PANORAMA DAS POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NA AMÉRICA LATINA. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 2, n. 2, p. 296-311, 2022.

CAVES, R. Contracts between arts and commerce. **The Journal of Economic Perspectives**, v.17, n. 2, p. 73-84, 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)/ Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação. A Ciência e a Cultura (OEI), "A contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico na Ibero-América", Madri, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2021.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 12, n. 1, p.207-231, 2013.

CUNNINGHAM, Stuart. From cultural to creative industries: theory, industry and policy implications. **Media International Australia**, v. 102, n. 1, p. 54-65, 2002.

DRAKE, Graham. 'This place gives me space': Place and Creativity in the Creative Industries. **Geoforum**, v. 34, n. 4, p. 511-524, 2003.

FGV. Relatório sobre os impactos econômicos da covid-19 economia criativa, FGV, junho, 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/economiacriativa_formatacaosite.pdf Acesso em: 25 de maio de 2022.

FIRJAN. Mapeamento da indústria criativa no Brasil: ambiente socioeconômico. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019. 24p

FLORIDA, R. **The rise of the creative class. And how it's transforming work, leisure and everyday life**. New York: Basic Books, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODART, Frédéric; SEONG, Sorah; PHILLIPS, Damon. The Sociology of Creativity: Elements, Structures, and Audiences. **Annual Review of Sociology**, v. 46, 2020.

HESMONDHALGH, David. The cultural industries. **The Cultural Industries**, p. 1-568, 2002.

HENKIN, Hélio; PAES, Lucas; VALIATI, Leandro. **Mapeamento do sistema federal de incentivo e fomento à cultura**. In: Economia criativa, cultura e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Dialectic of Enlightenment [1944], trans. John Cumming. **London: Verso**, v. 33, p. 1-17, 1979.

HOWKINS, J. **Creative economy: how people make money from ideas**. Penguin Global, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=resultados> Acesso em maio de 2023.

KONG, Lily. From cultural industries to creative industries and back? Towards clarifying theory and rethinking policy. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 15, n. 4, p. 593- 607, 2014.

LANDRY, C. The creative city: a toolkit for urban innovators. New York: Routledge, 2008 [2000].

LEE, Hye-Kyung. Rethinking creativity: creative industries, AI and everyday creativity. **Media, Culture & Society**, v. 44, n. 3, p. 601-612, 2022.

O’CONNOR, J. The Cultural and Creative Industries: A Literature Review, 2nd edn. Newcastle-upon-Tyne: Creativity Culture and Education. 2010.

UNESCO. DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL. CLT.2002/WS/9. 2002.

VENCATACHELLUM, Indrasen. Prospects for Cultural Heritage Promotion Within the Creative Economy Framework. **Journal of Heritage Management**, v. 3, n. 2, p. 223-230, 2019.

WARREN, Saskia; JONES, Phil. Local governance, disadvantaged communities and cultural intermediation in the creative urban economy. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 33, n. 6, p. 1738-1752, 2015.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010. Economia Criativa: Uma opção de desenvolvimento viável**. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. (2010).